



EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE CUITEGI

Daniela Caroline Medeiros Ferreira ¹ José Carlos do Nascimento Santos²

RESUMO

O presente artigo se constitui num relato de experiência que aborda os desafios infligidos pela nova realidade social provocada pela pandemia do novo coronavírus no contexto escolar e, sobretudo, na dinâmica do Atendimento Educacional Especializado para oferta de educação inclusiva adequada e eficaz no município de Cuitegi. O trabalho aborda as novas dificuldades que surgiram com a necessidade de isolamento social que se tornou imperativa para resguardar a condição sanitária imposta para evitar contágio pela covid-19. O relato lança luz sobre a legislação brasileira e internacional que versa sobre educação inclusiva, além de revisitar a literatura pertinente ao tema para justificar o esforço concentrado envidado pela gestão municipal e pelos atores do processo de aprendizagem para adoção de estratégias de atuação nas turmas do AEE com uso de ferramentas de comunicação remota, realização de aulas domiciliares e a oferta de apoio psicológico para garantir a manutenção do serviço de educação inclusiva com qualidade e eficiência.

Palavras-chave: Pandemia, Coronavírus, Educação Inclusiva, AEE.

INTRODUÇÃO

Em meados de março de 2020 todas as redes de ensino foram surpreendidas com a pandemia do novo coronavírus, em questão de dias todo nosso planejamento, rotina e expectativas para o ano letivo foram deixados de lado. Neste momento ainda nos encontrávamos procurando compreender e entender o que significava "pandemia".

A palavra pandemia se tornou em nosso meio educacional o termo mais pesquisado numa busca de tentar entender a palavra mais falada da atualidade.

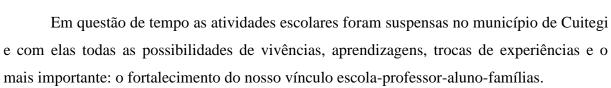
De repente o mundo parou e nós paramos. Uma nova realidade se instalou nos nossos dias, acompanhamos nos telejornais o imponderável: um inimigo invisível tomava conta do mundo com dimensão, gravidade e potencial inimaginável.

¹ Pós-graduanda em Avaliação Psicológica pelo UNIPÊ (PB), graduada em Psicologia pela UNINASSAU (PB), Especializada em Supervisão Escolar pela Faculdade Cristo Rei (PB), graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú (PB), contato@danielamedeirospsi.com.br;

² Mestre em Ciência das Religiões pela UFPB, pós-graduado em Língua, Linguagem e Ensino pela FNSL, graduado em Letras pela UFPB, graduado em Pedagogia pela UNIFACS, josecarloscuitegi@yahoo.com.br.



Acessibilidade, Diversidade e Direitos Humanos



Naquele momento a pergunta que mais passava nas nossas cabeça era: como poderíamos manter um vínculo se ainda estávamos criando laços de confiança com nossas crianças e suas famílias no planejamento do ano letivo?

Estávamos a menos de um mês do início do ano letivo, em fase adaptações e observações, conhecendo as singularidades e as necessidades de cada criança, tentado entender a linguagem corporal e social de cada um, enfim, estávamos na construção dos vínculos e laços de confiança.

"(...) desenvolver com essas pessoas uma relação que lhes permita restaurar ou criar um núcleo de confiança e esperança, a partir do qual possa ser criado o núcleo de identidade." (CEINP, 2014).

Com isso, a educação inclusiva se viu interrompida nesse processo de fortalecimento diante desse contexto tão novo e desafiador, tivemos que pensar e repensar uma maneira de manter o crescimento dos nossos vínculos com os alunos, em especial dos alunos com deficiência no município de Cuitegi.

Sabemos que de acordo com a Lei Brasileira da Inclusão (Lei 13.146 de 06 de julho de 2015):

> "A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizados ao longo de toda vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem" (Brasil, 2015).

Ante o exposto, a educação inclusiva teve que se adaptar aos ensinos não presenciais, através do contato virtual com os alunos e familiares. Nesse sentido, nosso primeiro passo foi garantir que as ferramentas digitais e físicas estivessem acessíveis a todos, priorizando a conexão das famílias e o bem estar do estudante para assim termos equidade nas aulas remotas, levando em consideração o que consta no Parecer nº.5 do CNE: a necessidade de garantir a qualidade e equidade como direito da educação inclusiva, proposto pela Constituição dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU e ratificada na Lei Brasileira de Inclusão (LBI).





Para que os estudantes tivessem seus direitos garantidos, estratégias foram criadas afim verificar os acessos que eles os estudantes tem disponíveis, para que daí pudéssemos elaborar as propostas pedagógicas com os recursos necessários.

ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Dando continuidade as ações de estratégias para as aulas não presenciais na educação especial, foram adotadas soluções diversas para possibilitar a aprendizagem em diferentes contextos.

Em todo esse processo de inclusão dos estudantes com deficiência na prática do ensino online, é imprescindível que os professores do Atendimento Educacional Especializado participem ativamente do planejamento (MENDES, 2015).

Diante da afirmação a cima, vale salientar que o município de Cuitegi conta com 3 (três) salas de atendimento educacional especializado, localizadas nas unidades escolares: Escola Municipal Hilda Neves, Escola Municipal Horácio Montenegro e Escola Municipal Emídio Madruga, que abrangem a prestação de atendimento educacional inclusivo às 11 (onze) escolas localizadas no município, cada uma em determinadas localidades estratégicas, facilitando a locomoção do aluno a sua referida escola no contraturno escolar.

Outro ponto relevante é nosso quadro de profissionais da educação inclusiva, que é composto por professores da sala regular, professores do AEE (Atendimento Educacional Especializado), cuidadores e intérprete de Libras. Estes agentes de ensino participam de capacitações elaboradas pelo próprio município através de plataforma online disponibilizada nesse momento de pandemia, além de já possuírem arcabouço acadêmico com graduações, especializações e mestrados comprovados quando da prova de títulos durante a avaliação no decorrer concurso público realizado pela prefeitura do município para a educação inclusiva.

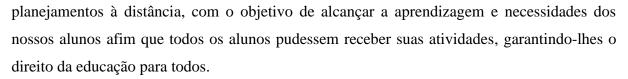
"A inclusão é mais do que criar condições para os deficientes, a inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, no projeto pedagógico, na postura diante dos alunos, na filosofia" GUIMARÃES (2003, p.43).

Nesse sentido, o planejamento anual foi adaptado seguindo os protocolos para educação inclusiva durante a pandemia. Além de toda adaptação pelas aulas presenciais que foram suspensas, houve também adaptações dos professores de sala de aula regular, em conjunto com os professores do AEE e a intérprete de Libras em relação as comunicações e









Um serviço da educação especial desenvolvido na rede regular de ensino que organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas á autonomia e independência na escola e fora dela. (MEC, 2008).

É importante considerar sobre esses alinhamentos de interlocução de um trabalho colaborativo dos professores do atendimento especializado com os da sala comum, junto também com o intérprete de Libras e a coordenação pedagógica, trazendo benefícios que quebrem as barreiras das aulas remotas, fortalecendo o vínculo de toda equipe.

Ainda no contexto que nenhum aluno aprende com a mesma intervenção elaboradas para todos, é necessário levar em conta que os planejamentos das atividades para os alunos da educação inclusiva em tempos de aulas não presenciais precisou contemplar a necessidade de traçar um plano de trabalho individual respeitando as dificuldades, singularidades e potencialidades de cada estudante. Um plano que, mesmo que breve, possa ser readaptado e revisado sempre, de acordo com cada evolução ou retrocesso do aluno.

Certamente, consideramos que planejar metas de aprendizagens, não quer dizer que serão atingidas, necessariamente como foi planejado e determinado para o devido aluno. Devemos considerar que as metas podem ser revistas, diante da elaboração de outras estratégias de acordo com a realidade e desenvolvimento de cada aluno.

No contexto de suspensão das aulas e isolamento social, o ambiente doméstico dos estudantes com deficiência se torna outro grande desafio diante da pandemia. É importante que nós profissionais da educação saibamos conhecer as barreiras que dificultam o ensino/aprendizagem diante da realidade social de cada aluno. Daí se faz necessário dar todo o suporte a rede de apoio, que são as famílias.

Alguns alunos nas salas de atendimentos especializados como também nas salas regulares necessitavam de apoio físico e recursos adaptados, como: lápis engrossador ou reglete e lupa de aumento. Diante dessa necessidade dos matérias adaptados que auxiliam e facilitam nas aulas não presencias, vimos a necessidade de fornecer as famílias esse material, de forma que emprestamos os materiais adaptados da sala de recurso para as famílias auxiliarem no uso, favorecendo uma melhora na aprendizagem.





Ainda nesse contexto de aprendizagem e rede de apoio, observamos a dificuldades dos pais com as atividades em Libras, por esta razão, as atividades foram elaboradas com imagens coloridas e repassadas para as famílias através de vídeo aulas exclusivas e explicativas para cada aluno e para cada necessidade diferentes. Ao verificamos as dificuldades da rede de apoio, diante da não alfabetização em Libras por parte dos familiares que auxiliavam as crianças com necessidade do ensino de língua de sinais, vimos a necessidade das aulas de Libras domiciliares para que assim intérprete e família trabalhassem em conjunto em busca de maior desenvolvimento e aprendizagem do estudante.

Vale salientar que todas as medidas de proteção, estão sendo tomadas para as aulas domiciliares, tanto pela família como também pelo intérprete, fazendo sempre a cada aula domiciliar, o uso de EPI's (equipamentos de proteção individual), fornecidos pela secretaria de educação do município.

Para crianças com necessidades educacionais especiais, uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio á aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, á provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Diante dessa realidade de isolamento social x pandemia, foi essencial ter saúde mental. Sabemos que para nos cuidar, cuidar do próximo e enfrentar a ansiedade que o momento da pandemia nos proporcionou, contar com ajuda psicológica é de extrema importância. Nesse contexto tivemos o privilegio de poder contar com a psicóloga educacional do município, a qual elaborou escutas psicológicas, rodas de conversas e apoio psicológico aos pais e familiares das crianças do AEE. Além de fornecer apoio psicológico a rede de professores do município, através de plataformas online.

Nesse momento, falarmos dos nossos medos, anseios, aflições, angustias e duvidas foi crucial, para que juntos unirmos forças para conseguir seguir em frente, e ajudar nossos estudantes.

As escolas devem acolher "todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras" (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A educação inclusiva já é uma realidade nos dias de hoje e viemos de anos de luta por direitos iguais e equidades. Apesar de seus percalços ela vem para nos desafiar, mostrando o poder dos "re-", redescobrir, reorganizar e reinventar, sendo fundamental ter uma visão que transmita conhecimento previamente estabelecido e que sofram alterações desse olhar a cada



realidade e readaptações que assim forem necessárias mudar, assumindo nosso papel de eternos aprendizes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto neste relato, diante desse momento de reclusão e suspensão de aulas, devido a uma pandemia que ainda não se sabe o término sabemos que ainda existem muitas dúvidas equivalentes a educação especial.

Nesse momento a educação especial passa por um momento delicado, onde vários questionamentos são feitos e procedimentos são pensados de forma conjunta por profissionais da educação, pais, famílias e até mesmo por parte de governantes.

O retorno as aulas presenciais no contexto da educação inclusiva confronta diferentes opiniões e concepções. É um tema que precisa muito ser discutido caso a caso, envolvendo os próprios estudantes, famílias, profissionais de saúde e o mais importante, o envolvimento de toda escola. É essencial fixar esse canal de comunicação nas tomadas de decisões para que possamos ter um possível retorno com os vínculos fortalecidos e juntos desenvolver medidas para trabalhar a inclusão escolar.

Há necessidade de olhar para a escola procurando entendê-la como um lugar atravessado por verdades proclamadas pela ciência, pela cultura, pela economia. A escola serve não só para formação e orientação de um coletivo, mas, também, produz, cria outros perfis sociais (VARELA, 1995, p.24).

Além de favorecer a inclusão, a escola tem o poder de criar espaços para desenvolver e criar qualidade de vida em meios a vida social de forma coletiva, com o intuito de fomentar a subjetividade de cada indivíduo envolvido no processo do possível retorno as aulas presenciais, isso implica em reforçar e fortalecer os vínculos entre aluno-escola-famílias.

Neste trabalho vimos que a educação inclusiva mais uma vez enfrenta um grande desafio de mudança durante e pós a pandemia do novo coronavirus. Desafios estes que atingem um público-alvo que historicamente vem quebrando barreiras e enfrentando desafios para permanecer com os seus direitos assegurados nas redes de ensino, com direito a educação e equidade nas instituições.

Fica claro que a pandemia nos impôs a experimentar e vivenciar, momentos de quebras de barreiras e desafios impostos pelo isolamento social e pelo próprio vírus, nos obrigando a experimentar uma série de situações de inclusão.



Portanto, é preciso entender e conhecer as condições propostas para o retorno das aulas presenciais, considerando os protocolos impostos e elaborados por diversos países, no qual o vírus começou a regredir. É importante ressaltar que o processo de retomada deve ser feito seguindo todos os protocolos, tais como: planejar em conjunto critérios que correspondam a realidade de cada local, avaliar questões sanitárias e priorizar o distanciamento social.

Precisamos considerar que independentemente do momento que vivemos e sua tamanha complexidade, devemos preservar aos alunos da educação especial de nosso município de Cuitegi e os direitos que asseguram a educação inclusiva, respeitando e priorizando a construção de uma educação regida de equidade, garantindo-lhes o direito a inclusão.

REFERÊNCIAS

CEINP, Centro de Estudos e Investigação em Neuro-Psicanálise. **Pedagogia do Vínculo Afetivo**. 2014.

Lei 13.146, de 06 de Julho de 2015: **Lei Brasileira da Inclusão.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.html. Acesso em 02 de novembro de 2020.

MENDES, A.Q. S; FIGUEIREDO, F; RIBEIRO, A.C. Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos línguísticos e pedagógicos. 2015. Disponível em http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/03_INCLUSAO_ALUNOS_SURDOS.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2020.

GUIMARÃES, A. **A inclusão que funciona**. Nova Escola: a revista do professor, São Paulo, ano xviii, n. 165, 2003.

Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. 2014. Acesso em 03 de novembro de 2020.

Declaração de Salamanca. 1994. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em 03 de novembro de 2020.



Acessibilidade, Diversidade e Direitos Humanos



VARELA, J. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. 1995.